

ATA N.º 2/XIII/2024

Sessão Extraordinária

12/03/2024

Aos doze dias do mês de março do ano dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre do Edifício Sede do Município da Moita, realizou-se uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, a fim de se deliberar sobre a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - Período de Intervenção do Público;

2 - Período da Ordem do Dia:

2.1 - Hasta pública para Cedência dos Lotes de Terreno n.º 45, 46, 47, 48, 49, 50 e 51 sítios na Vila Verde, na freguesia de Alhos Vedros em direito de superfície para construção de habitações para arrendamento no âmbito do 1.º Direito.

Substituições verificadas e presentes ao plenário da Assembleia Municipal:

- Eduardo Jorge Meruje Teixeira foi substituído por Rui Pedro Neto Garcia
- Elvis João Duarte de Freitas foi substituído por José Duarte Batista Marques

Verificação de ausências:

- Após as substituições efetuadas verificou-se a ausência de Ana Isabel Pinto Pereira.

Estiveram presentes os seguintes Membros do Executivo Camarário:

Sr. Presidente da Câmara Municipal Carlos Edgar Rodrigues Albino e os Srs. Vereadores Luís Manuel Miranda Amieiro, Sara Daniela Rodrigues e Silva, Pedro Miguel Dias Pinhal, António Carlos Pedrosa Pereira, Vivina Maria Semedo Nunes, Anabela da Cruz Ramalho Fidalgo Rosa, Ivo Manuel Pereira Pedaço e João Miguel da Silva Romba.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. Manuel Rodrigues

Interveio em conformidade com a transcrição infra:

“Eu faço aqui uma promessa, que é a última vez que venho à Assembleia Municipal da minha terra, até às próximas eleições, e venho aqui por respeito a todas as pessoas que estão nesta sala, porque na última vez que vim aqui, fui para o balcão, e fui violentamente ofendido, e devo muito respeito a vocês que aqui estão, e só venho aqui hoje para vos explicar o que aconteceu desde o dia 25/10/2022 até hoje.

Todos estes momentos que eu vou falar, que eu vou dizer, estão entregues ao Presidente da Assembleia Municipal, gostaria que ele partilhasse convosco, quem quiser, quem estiver interessado em ler, portanto, eu sou uma pessoa respeitada e preciso respeitar os outros também, não faltei ao respeito a ninguém.

O que eu vim aqui falar foi sobre a doação de uma mesa de xadrez que o meu pai fez, e foi respondido sobre todos estes mails que eu tenho vindo a trocar, e foi um assunto que era um assunto que não estava resolvido, e foi muito feio aquilo que disseram, que foram pegar em meia dúzia de coisas que eu escrevi nesses mails, e o Presidente da Câmara foi buscar um parágrafo, e esse parágrafo que ele foi buscar e que partilhou convosco, é que eu disse que a diretora desta biblioteca tinha aprendido a ser PIDE com os comunistas ou os socialistas. É pá, dizer isto de uma pessoa como eu é uma falta de respeito, e eu venho aqui só para defender a minha honra.

Portanto, eu, desde o dia 25/10/22, comecei por trocar mensagens com uma pessoa para vir aqui fazer uma exposição. Começou por ser uma brincadeira. No dia 17 de julho, consegui uma reunião com a diretora desta biblioteca, doutora Lurdes Cavaquinho. No dia 24 de julho, não tive resposta nenhuma. No dia 8 de agosto, continuei a não ter resposta. E, então, depois de várias tentativas de ter uma resposta à reunião que tivemos, fui um pouco ríspido e disse essa frase. 9 de Agosto, tive uma resposta de uma doutora Anabela Franqueira, que não sei quem é, com o conhecimento de mais quatro pessoas, incluindo o motorista do Presidente da Câmara, portanto, todas as pessoas estão em cópia, os mails vinham com toda a gente, toda a gente sabia os meses que se estavam a passar.

E, perante tudo isto, no dia 11 de agosto, passado 8 meses, fui ríspido e disse algumas coisas que não devia dizer. Disse uma coisa muito simples, pá, que é comum na Moita se dizer, que a Moita é uma terra madraستا e que tratamos as pessoas da Moita mal e tratamos toda a gente que aqui chega bem. Esta é uma coisa que não há nada a fazer, é mesmo assim. No dia 31 de agosto, eu tive uma reunião aqui nesta sala, em que a doutora Ludmila e o senhor João Hortelão propuseram que eu expusesse uns quadros em madeira que eu fiz, onde está os cortinados, que eu fizesse aqui uma sessão, que contasse histórias da minha terra, e que depois, durante a semana, eu viesse aqui ensinar miúdos das escolas, como é que se trabalha a madeira.

Isto foi feito no dia 31 de agosto, portanto, já passado 8 meses foi uma proposta da doutora Ludmila e do João Hortelão, eu passei a escrito no mesmo dia, e no dia a seguir disseram, e é pá, isso era para ser feito no dia 22 de março, portanto, na próxima semana, que me agradaria muito porque era o aniversário da minha mãe e, logo a seguir, disseram “olhe não se podem fazer porque o auditório vai para obras”. Eu hoje era para trazer um colete amarelo e um capacete, porque eu estava convencido que vinha aqui para as obras, portanto, isto deve ter sido uma brincadeira.

Há dias, alguém me ligou e me disse assim “ó Manuel, não peças que respeitem o teu pai, pede que te respeitem a ti”. Eu estou a ser desrespeitado como cidadão, e é isso que eu digo nos mails aqui, desde agosto de 2023, portanto, eu o que disse sobre tudo isto, está há aqui, eu disse, de facto, umas coisas, mas tive o cuidado de dizer à técnica “sobre a sua pessoa nada tenho a criticar, sobrevive como sobrevivi 20 anos a aturar incompetentes da maçonaria da Opus Dei”, portanto, eu disse isto, de facto, está aqui escrito, está aqui tudo escrito, portanto, eu gostaria, quem tiver interessado em saber quem eu sou que peça os mails que estão entregues ao Presidente da Assembleia Municipal, e depois vejam como é que eu tive paciência para aturar isto tudo.

Em relação à doação da mesa de xadrez, que o meu pai fez, aqui para a biblioteca, eu não quis ir por esse caminho, mas tenho aqui também as imagens das mensagens que troquei. Eu, na véspera de Natal, recebi uma mensagem de Boas Festas do Presidente da Câmara. No dia 24/12, recebi uma mensagem do Presidente da Câmara de Boas Festas, mas a seguir falava do mundo e das ervilhas, mas eu só falei do mundo e das ervilhas agora, há 2 semanas, e eu falei-lhe de seguida, por mensagem de voz, agradei a mensagem e propus que oferecesse a mesa do meu pai para aqui, e ele respondeu “gostava muito, sim senhor, ótima ideia, podemos organizar um torneio se tiver a foto do seu pai a jogar xadrez, acho que dava para montar um espaço interessante, a biblioteca da Moita parece-me um bom local”. Isto foi no dia 24/12, e eu estava convencido que oferecer a mesa de xadrez do meu pai para esta biblioteca não ia incomodar ninguém, e, mais a mais, com o Presidente a dizer que sim.

Portanto, desde o dia 24/12, quando eu falei aqui sobre a mesa, não falaram sobre a mesa, falaram dos mails que eu mandei e disseram que eu ofendia as pessoas da Câmara e tudo mais. Quem vem ofender as pessoas que trabalham na Câmara, foram pessoas que foram trazidas para esta Câmara, e que algumas já saíram, e, essas sim, vieram ofender as pessoas da Moita, mas isso eu guardo para outras núpcias, vou aqui dizer mais tarde.

Por fim, no dia 05/02, eu fiz um mail a perguntar, no dia 05/02, no mês passado, fiz um mail e só disse assim “Boa noite, depois de 1 ano a tentar fazer a exposição na minha terra, hoje senti-me incomodado. Há uns meses, ficou no ar a exposição no palco do anfiteatro, do show case e tudo mais. Acho o tratamento dado às minhas propostas uma injustiça atroz. Não responder, arranjar desculpas esfarrapadas é muito grave.” – com uma desculpa de que isto era para estar em obras hoje, ok? – “Trata-se de incompetência, má-fé, arrogância? O que norteia esta atitude da Câmara da Moita? Na próxima sessão pública da Câmara da Moita irei tornar público este tratamento”. Quando eu escrevi

este mail, não esperava era que, na Assembleia Municipal, eu fosse ofendido como fui, com tudo o que aqui está. Eu estou muito, muito.

E depois vamos ver uma coisa, as pessoas, hoje em dia, pensam que eu vou ter alguma atividade política, eu não vou ter, e as pessoas vêm ter comigo. Há dias era uma pessoa que tem um jovem, um filho, em Setúbal porque não há transporte para essa criança. O transporte dessa criança custa 400 euros por dia. É uma coisa que eu não imaginava, e estão 14 carros parados, em permanência, ali na parte de trás da Câmara. 14 carros parados ali, diariamente, no sítio privilegiado do estacionamento da Moita. Portanto, um carro desses não pode ir transportar uma criança, e são três crianças que precisam de apoio em Setúbal. As pessoas abordam-me e depois queixam-se que ninguém responde. A minha queixa de que ninguém responde aos meus mails é uma prática que é.

Depois, quando fui ofendido aqui, como devem compreender, fui ver tudo isto e fui ver um mail que eu mandei ao senhor Presidente da Câmara no dia 21 de fevereiro de 2022, portanto, já fez 2 anos que eu mandei um mail ao Presidente da Câmara, em que a única, depois de uma reunião que tivemos, em que ele esteve o tempo ao telefone, mas eu falei com o assessor, que era um rapaz, um Vitório, e falei também com o motorista do Presidente, e o que eu pedi no mail, eu vou-vos dizer, para ser sincero, o que é que eu queria desta Câmara, vejam bem. Eu queria que se tratasse da formação na qualidade do atendimento nas pessoas, festivais de música, e o senhor Presidente mandou-me falar com o Presidente da Sociedade Tauromáquica Moitense, e eu fui falar, a recolha de audiovisual das tradições musicais da Moita, disponibilidade para trabalhar na área cultural, ferramentas de coaching e team manager para equipas da Câmara.

Tudo o que eu disse, foi que a Câmara, e eu que venho de empresas privadas, venho da FNAC, venho do Continente, venho do Leroy Merlin, e eu achava que era muito bom fazer coisas para a melhoria do atendimento, não é um segurança atender-me ao telefone, a semana passada, e tratou-me como se eu fosse da família dele, quer dizer, as pessoas têm que saber atender o telefone, é o mínimo que temos nisto.

Por fim, eu vim votar à Moita no domingo, eu vivo em Lisboa, e vim votar à Moita no domingo, vim votar em branco, como voto sempre, e fui às casas de banho da escola básica, a escola da básica onde as nossas crianças têm aulas, a casa de banho não tem suportes para rolos de papel higiénico, não tem fechaduras, e são casas de banho mistas. Eu vou repetir. Estamos em 2024, estamos a 30 km de Lisboa, estamos na Europa, na escola que está ali ao pé do bairro da caixa, tenho aqui fotografias, as casas de banho dos jovens não têm fechaduras, não têm suportes de papel higiénico. Tenho aqui fotografias. Todas, não há uma casa de banho que tenha uma fechadura, e os jovens estão na escola, não tem condições para ir a uma casa de banho, ter a sua privacidade, casas de banho mistas?

Eu disse isto à senhora que estava no voto, e disseram-lhe “é pá vote que você veio para votar, não tem que reclamar”. Eu aprendi a reclamar, e já fui ameaçado, já tive uma pessoa ali no Fragata a querer-me dar um murro, mas depois a mão começou a tremer e estava a mão quente, não me chegou a bater, e eu “é pá espera mais um bocadinho para me dares um murro”, portanto, o marido da tesoureira da Junta de Freguesia. Agora, foi o filho do residente da Câmara antigo que me ameaçou, que eu não posso falar mais do pai dele, mas depois tive o prazer de saber, através de um amigo de infância, que o melhor presidente que a Moita teve foi o Vítor de Sousa. Eu ouvi esta semana passada.

Depois de tudo isto, vou-vos dizer apenas que vou-me despedir da minha atividade política e quando eu fiz uma intervenção na sessão de Câmara passada, eu disse para não responderem, mas acho que responderam. Já me mandaram os vídeos com a resposta, mas eu não sou capaz de ver, nem sou capaz de ver o que digo aqui, nem sou capaz de ouvir o que respondem. Isto é uma questão minha, não me apetece ouvir, não me gosto de ouvir, não gosto da minha voz, e também não ouvi. Mas, o que ouvi dizer que o Presidente respondeu foi muito desagradável algumas coisas que ele disse, porque eu não tenho agenda política nenhuma, e vou-lhe explicar porquê, e vou dizer isto, que não devia dizer, mas para que fique claro, mesmo com o roubo do fator de sustentabilidade da minha reforma, que é 15% que me roubam, depois de eu trabalhar 40 anos, até aos 6.

Prometeram aos portugueses, quem trabalhasse 40 anos aos 60 anos se podia reformar antecipadamente. Eu reformei-me antecipadamente, mas estão-me a roubar 15% e mais 11%. Roubam, todos os meses, 25%, mais 30% de IRS. Com isto quero dizer que o meu ordenado não pode acumular com o de presidente da Câmara e, mesmo que eu quisesse concorrer a um cargo público, é pá, eu ia ganhar muito menos do que a minha reforma, portanto, para o Carlos Albino, digo-lhe já que fique descansado que eu não posso concorrer a lugares onde você anda. Os lugares que você pode ocupar são de rendimento muito baixo para aquilo que foi a minha vida de descontos, e por isso é que tenho uma reforma que me permite não precisar disto para nada.

Você, sim, precisa estar aqui na Câmara, porque ainda hoje liguei para a empresa dos carris onde você trabalhou, e perguntei se você estava lá, e a pessoa, quando eu disse “não está aí o engenheiro Carlos

Albino? Não, não, é pá, muito boa pessoa que trabalhou aqui. Mas eu gostava de falar com ele, mas ele agora é Presidente da Câmara da Moita”, e quando eu disse isto a pessoa começou-se a rir.

Agora, para terminar, vou só dizer que estou com muita pena dos resultados eleitorais de domingo passado. Depois de 50 anos de homens lutarem pelo 25 de Abril, assistirmos a este resultado eleitoral, vocês que aqui estão hoje, o melhor que fazem é pensarem o que é a democracia que existe em Portugal e o que estamos a viver.”

Sra. Cláudia Santos

O assunto que hoje traz aqui já não é novidade, é a sobrelotação do autocarro 4701, que se desloca entre o Vale da Amoreira e a Gare do Oriente. Vive na Moita, e utiliza, diariamente, este autocarro, e desde há cerca de 2 meses para cá, os passageiros da Moita, pelo menos, quem apanha a partir da paragem junto à Junta de Freguesia para a frente, está dependente dos autocarros que saem da Moita porque, basicamente, os autocarros que vêm de origem do Vale da Amoreira onde, às vezes, ainda conseguia apanhar alguns lugares, já vêm cheios, praticamente, têm estado a passar cheios e não param a partir dessa paragem.

Outra questão que sabe que muita gente se tem debatido, e que tem feito reclamações, é a utilização desta carreira por pessoas que não vão para Lisboa. Chegam a ficar pessoas na rua, na urbanização de São Sebastião, para saírem 10, 15 miúdos para as escolas na paragem a seguir, e depois vão lugares vagos para Lisboa, o que é um pouco ridículo porque, antigamente, esta carreira não era utilizada por pessoas que não iam para Lisboa. Na volta para cá, tudo bem, acha que não afeta ninguém, agora na ida para Lisboa, especialmente, em horas de ponta, acha que é completamente ridículo e injusto para quem paga um passe.

Mais, chegou-lhe aos ouvidos, por algumas testemunhas, que não há fiscalização, aliás, pessoalmente, nunca viu nenhum fiscal dentro de um autocarro, e o que acontece, segundo consta, andam pessoas a utilizar passes de estudantes, dos 12 anos aos sub 23, a circularem gratuitamente nos autocarros, e não há um fiscal dentro daquele autocarro, e sabe que já houve motoristas que passaram esta informação a superiores e nada é feito, e dá vários exemplos. Costuma apanhar o autocarro das 8 que sai da Moita e, às vezes, tenta ir mais cedo, ou tentava ir mais cedo, por algum motivo e agora não consegue, ou apanha do das 07:40, ou apanha o das 08:00. Na semana passada, teve que ir mais cedo, porque tinha uma consulta na hora de almoço, foi para a paragem às 06:45, 06:50, e só conseguiu apanhar o autocarro que saiu às 07:20 da Moita, praticamente, levantou-se mais cedo para nada.

Relativamente às reclamações, fez uma reclamação na aplicação Moita+Próxima, no dia 5 de fevereiro, que na semana do Carnaval, e ainda hoje está à espera de resposta por parte da Alsa. As pessoas já desistem de reclamar, porque não recebem respostas e, as respostas que recebem, são todas preformadas, a resposta “chapa 5” que não traz nada de novo. A própria, no ano passado, quando houve esta confusão com os autocarros, ao início, a resposta que eles lhe davam era, consecutivamente, sempre a mesma, nunca lhe deram uma justificação plausível e em condições.

Não consegue compreender como é que, da parte da AML e da TML, porque toda esta situação começou em 2019, com a mudança dos passes e, desde aí, acha que já tiveram mais do que tempo suficiente para perceber quais são as lacunas que têm a corrigir, e parece que continuam a fechar os olhos a esta carreira. Chega a estar a apanhar o autocarro em Lisboa, e estarem dois autocarros para a Atalaia, que nem ficam cheios, e da Moita porque, às vezes, têm falhas de autocarros na sua carreira, chega a estar 20 minutos sem aparecer um autocarro.

Vem aqui, mais no sentido de os precaver, porque acha que isto, com o aumento de passageiros, ainda vai ter tendência para piorar, porque, se tiverem uma greve da Soflusa, se tiverem uma greve da Fertagus, a Moita fica sem transportes, e isto, sendo sede de concelho, é vergonhoso. Como é que a Moita está tão mal servida em termos de transportes? E, por exemplo, trabalha no Parque das Nações, não vai estar a apanhar comboio, barco e autocarro, quando tem um autocarro a passar dentro da sua localidade, que a leva, praticamente, direta para o seu local de trabalho.

Da sua parte, era isto que vinhas expor, e pede que intervenham junto da TML, nas reuniões, para que melhor um bocado o serviço, porque o ideal seria mesmo dividir esta carreira, e os autocarros que vêm do Vale da Amoreira, vão até a BP, e seguem, diretamente, para a autoestrada para Lisboa, e criar uma segunda carreira para sair da Moita, mas as pessoas já vêm a dizer isto desde 2019, e continuam a não ouvir os passageiros, que são os principais prejudicados em toda esta situação.

Sr. João Henriques

Intervenção em conformidade com a transcrição infra:

“Hoje, estou aqui para perguntar ao senhor Presidente desta Câmara, o senhor Carlos Albino, o porquê da razão da obra da estrada nacional nº 11, com o cruzamento da rua dos Marítimos, ainda não estar concluída, pois, no site da Câmara, diz que a previsão da conclusão é de 5 meses.

Acho, que o senhor Presidente da Câmara deve dar uma explicação, acompanhada com um pedido de desculpas a toda a população, incluindo a todos os comerciantes, pois, há mais de 1 ano, que a população anda a fazer uma espécie de gincana, a fazer um labirinto, por causa do enorme transtorno, a quem tem que circular de automóvel na vila da Moita, e os comerciantes também perdem os seus negócios, porque as pessoas não frequentam os poucos comércio que existem junto destas ruas. Agradeço uma resposta.”

Sr. João Lobo

Intervenção em conformidade com a transcrição infra:

«Pensava eu, quando escrevi isto, que há 36 anos frequento esta Casa, digamos, a Assembleia Municipal, aquela Casa que o senhor Presidente da Assembleia chama como a Casa da Democracia, e esta é a segunda vez que a vós me venho dirigir.

A primeira, foi em 29 de dezembro no ano passado, aquando da discussão de um tema muito querido e importante para o exercício da democracia, a reposição das freguesias, designadamente, as da Baixa da Banheira e do Vale da Amoreira.

Hoje, o que me traz aqui, é a celebração da democracia, da liberdade, dos 50 anos do 25 de Abril de 1974.

Abril, chega-nos todos os anos, desde 1974, e, com ele, os discursos e evocações, uns mais sentidos, outros mais de circunstância, mas Abril foi construído na rua. Foi um movimento popular que, como alguns pretendiam, não o deixou retroceder, e consolidou a revolução.

Numa época em que a informação nos chega massivamente, como uma arma ideológica de desinformação, formando um véu, tanto sobre o passado como sobre o presente, tentando, dessa forma, justificar um futuro menos democrático, a evocação da revolução iniciada a 25 de Abril de 74, não pode deixar de acontecer na rua, comemorando junto, e com as populações e as forças vivas do nosso concelho, respeitando e reafirmando esta nossa terra, como terra de luta, anti fascista e de luta pela liberdade.

Em 1985, Melo Antunes, numa entrevista, afirmava, a determinada altura, e cito: “A maioria dos oficiais participou num golpe militar, num pronunciamento militar, sem saber que estava a desencadear uma revolução. Era um golpe de Estado contra o Governo. No dia seguinte, para surpresa de muitos, tinha sido um ato revolucionário que derrubava o regime. É a participação entusiástica das massas populares, que converte o golpe em revolução, e a revolução implica uma dinâmica inexorável de transformação política, que faz transbordar, dos seus limites, as previsões mais cuidadas, os cálculos mais frios, os esquemas mais, rigorosamente definidos” – fim de citação.

Mota Amaral, afirmava, em 1998, “A revolução de 25 de Abril não se esgotou na ação militar, organizada e realizada pelo Movimento das Forças Armadas, de derrube do regime ditatorial e deposição dos seus chefes. A pulsão libertadora do ato revolucionário, como um vendaval impetuoso, percorreu o país de lés a lés, aboliu logo a censura à imprensa, franqueou as grades da prisão aos presos políticos, trouxe o povo para a rua em grandiosas e espontâneas manifestações de júbilo e reivindicação, abriu caminho à organização dos partidos políticos e dos sindicatos, tudo culminando nas primeiras eleições de sufrágio, realmente, livre e universal, na nossa história de mais de oito séculos” – fim de citação.

Manuel Alegre, afirmou, em 1978, “O Estado saído da revolução não é uma abstração. O Estado não é neutro”, continuando, referiu Manuel Alegre “O dever de todos os democratas, qualquer que seja o campo ideológico ou partidário em que se situem, é o de lutarem para que esse projeto, o projeto de construção da democracia, se enraíze na consciência dos cidadãos e se traduza nos fatos da vida política”, continuando a citar “Alguns, já esqueceram o tempo do medo e da mordalha. Alguns, esqueceram já o tempo das salas de tortura, dos tribunais plenários, das medidas de segurança que transformavam as sentenças em prisão perpétua. Alguns, esqueceram já o tempo em que era proibido fazer greve, era proibido reunir, falar, escrever, manifestar, o tempo em que era perigoso discordar e, mais ainda, reagir.”

Dizia, ainda, Manuel Alegre “Alguns, esqueceram já o tempo em que o povo tinha só o direito de ser oprimido, de calar e obedecer. O tempo em que as eleições eram uma farsa e, ser da oposição, um

crime. Alguns, esqueceram já o tempo das prisões e do exílio, o tempo ignominioso do Tarrafal.” – hoje também.

Neste mesmo ano, em 1978, nas comemorações do 25 de Abril na Assembleia da República, um resistente Antifascista, José Vitoriano, referiu “A celebração de Abril é o tempo e a condenação do regime fascista, e a saudação, o apoio e o compromisso de novos rumos traçados pela Revolução. Abril, opõe-se à opressão, ao esmagamento das liberdades, à limitação dos direitos fundamentais, à marginalização dos cidadãos da vida política. Abril, opõe-se à guerra e à violência ao colonialismo, à opressão sobre outros povos, ao sacrifício do país, dos interesses nacionais e da juventude portuguesa, inconfessáveis interesses do estrangeiro e de minorias privilegiadas.” – fim de citação – distantes no tempo, mas tão reais hoje.

Mas, sempre foi importante celebrar Abril e, se há uns anos houve quem quisesse afirmar no desfile comemorativo que aconteceu no nosso concelho, que o 25 de Abril era de todos, hoje, com o avanço da extrema-direita, mais importante se torna afirmá-la.

O que aqui me traz hoje é desafiar todos, mas mesmo todos, todos, numa total união entre democratas defensores da liberdade, despidos de símbolos partidários, a participar no desfile popular organizado pela comissão promotora, que se realizará na manhã de 25 de Abril, aqui na sede do nosso concelho.

A Revolução dos Cravos é a revolução da liberdade, da solidariedade, da paz e do futuro.

Viva o 25 de Abril.»

Sra. Isabel Costa

A sua experiência pessoal, e referindo também um problema que já foi aqui referido, que é relacionado com a linha 4701, e que agora, neste momento, não é utilizadora frequente desta linha por causa do seu local de trabalho, que não lhe dá tanto jeito, mas quando precisa ir à faculdade, é muito complicado. E, dá um exemplo que aconteceu ontem, porque tentou ir para a paragem apanhar o autocarro às 09:30, o autocarro passou, ainda apanhou algumas pessoas, mas como era a última na fila, já não conseguiu entrar, e pensou “ok, vou tentar apanhar o próximo, que é meia hora depois, mas já que tenho tempo, vou tentar voltar atrás na linha, para tentar apanhar o autocarro numa paragem mais cedo”, mas a paragem para que foi, a da BP, o autocarro voltou a passar cheio, e voltou para casa sem ir para a faculdade porque, a este ponto, já ia chegar tão a atrasada para aquilo que tinha para fazer que já não valia a pena ir para Lisboa.

Tentar apanhar um autocarro ao fim de semana, é uma experiência horrível também, porque uma vez tentou apanhar, e não conseguiu apanhar, e a única forma de conseguir apanhar o autocarro, foi apanhar o autocarro no sentido contrário, ir até ao Vale da Amoreira, e apanhar o autocarro logo na primeira paragem porque, de outro modo, é impossível conseguir entrar no autocarro. E, para voltar de Lisboa, a experiência é igual. É mais justa para as pessoas, porque toda a gente apanha numa única paragem, mas, mesmo assim, à hora de ponta, a fila torna-se insuportável e, facilmente, uma pessoa consegue estar 30, 40 minutos à espera, para conseguir apanhar um autocarro que, supostamente, vem de 10 em 10 minutos.

Portanto, era só para reiterar que este é um assunto mesmo muito importante, e que acha que é uma grande falha por parte da TML, não terem retificado, ainda, esta situação, que já é um problema desde que eles mudaram o sistema dos passes.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se pretendia prestar alguns esclarecimentos às questões colocadas.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Se lhe permitirem, relativamente ao senhor Manuel Rodrigues, vai deixar a resposta a ser dada pela vereadora da área da cultura a resposta, deixando claro que, neste caso, desde que assumiram funções, muitas pessoas se apresentaram diante do executivo a querer prestar serviços de consultadoria, e de diversas ordens. Agora a Câmara, como entidade que é, quando quer e denota que existe alguma necessidade, é feita uma informação proposta e, perante essa informação proposta, por norma, e têm visto muito isso, se necessitarem desse serviço e não seja possível encontrar dentro da Câmara Municipal, e dentro da Câmara Municipal, e bem, têm encontrado muitos bons trabalhadores, capazes de dar resposta a muitas coisas que são solicitadas, mas, quando é necessário, ou para reforçar, ou para dar um novo apoio suplementar, o que fazem é um concurso e depois as pessoas apresentam propostas e concorrem a esses concursos, de forma transparente.

Todos continuarão a ser livres de vir à Câmara, estas e outras entidades, ou seja quem for, apresentar aquelas que são algumas das suas ideias, das suas propostas, que este executivo possa até não conhecer, porque não serão conhecedores de todas as matérias, de tudo que existe, e estão sempre abertos ao diálogo, a conhecer coisas novas e coisas que se façam diferentes, mas também quer deixar aqui esta resposta clara, que, depois de avaliadas, tomam as suas opções. E, existe um programa de formação dos trabalhadores, nas mais diversas áreas, neste caso, de promover a alguns o acesso ao 9º ano, e a muitos que já têm o 9º ano, porque agora já estão numa fase de adquirir competências que lhes permitirão obter a qualificação do 12º ano, e isso é uma prática, e também têm um protocolo com uma entidade o ensino o superior, que dá condições mais vantajosas de acesso ao ensino superior, no que diz respeito também à parte monetária.

Por isso, agradecer os contributos de cada um, o que o não pode aceitar é ataques pessoais, e muito menos ataques que põem em causa a sua conduta e o seu bom nome a nível profissional. Sempre teve uma conduta muito correta, quer a nível pessoal, para com todos, quer a nível profissional, por todos os sítios por onde passou. Não anda, nem nunca andou, à procura de investigar onde é que as pessoas trabalharam, mas verifica que o senhor Manuel Rodrigues anda à procura dos sítios por onde trabalhou, e pode-lhe facultar um currículo seu, um CV, porque acha que será mais fácil, se assim o entender, aceder a essa essa informação, do que andar à procura.

Depois, também acrescentar que a atividade política é um ato muito nobre, é um ato de entrega, é um ato de cidadania e, muitos daqueles que hoje o fazem, e fazem atividade política, poderiam estar no privado a auferir valores superiores àqueles que encontram no setor público, e nas mais diversas áreas, seja na atividade política ou até mesmo nas atividades que desenvolvem enquanto funcionários públicos, que poderiam, estando no privado, a ganhar valores mais elevados, de forma transversal, e isso é algo que já se tem visto, e é que é algo que urge encontrar aqui uma solução, mas, aquele que ainda é o atual Governo, não o que saiu das últimas eleições, já tem feito um conjunto de valorizações dos vencimentos dos trabalhadores, ao longo dos últimos anos, nomeadamente, do setor público, já tendo em mente essas questões.

Por isso, àqueles que pensam não vir para o setor público, ou optam por não vir desempenhar funções políticas, porque o vencimento não é atrativo, quer, desde já, dizer que estarão a pensar fazer política pelos motivos errados, estarão a olhar para a política de forma enviesada e diferente daquilo que deve ser, e que deve ser como uma dádiva, um espírito de missão e de contributo, do pequeno contributo para a sociedade.

Por último, há aqui uma grande confusão na intervenção. Nota-se que existe aqui alguma confusão na intervenção, porque não pode ter sido recebido, em momento algum, por um motorista seu, porque o Presidente da Câmara Municipal da Moita não tem motorista, tão simples quanto isto. No seu gabinete, não há motorista, por isso, se porventura, em alguns momentos, alguém do executivo precisar de uma deslocação em que, eventualmente, seja necessário um motorista, é pedido aos serviços que venha alguém fazer esse papel para essa ação específica. Por isso, não há ninguém que seja atendido pelo seu motorista, e não desmerecendo aqueles que têm e exercem atividade profissional de motorista, que é uma atividade muito importante e muito necessária, como aqui se vê, seja para transporte de pessoas, transporte de trabalhadores, ou até para os transportes públicos.

Por isso, queria deixar isso também claro, porque não poderia deixar de fazer referência a este equívoco, esta confusão que vai na mente de quem veio aqui fazer essa intervenção. Quanto ao resto, a trocas de mensagens, acha que mais nada há a dizer, ficou claro, e, no que diz respeito a outros processos e procedimentos, a Vice-presidente Sara Silva terá hipótese e oportunidade de esclarecer.

Relativamente ao tema que a munícipe Cláudia Santos aqui colocou, e que também foi abordado pela senhora Isabel Costa, que também tocou nesse assunto, um assunto transversal a muitos municípios deste concelho, aquilo que pode dizer, a todos, é que, desde o primeiro momento, e reitera, desde o primeiro momento que o lote 4 entrou em funcionamento, a Câmara Municipal da Moita, na pessoa do seu Presidente, neste caso, o próprio, teve o cuidado de alertar, desde o primeiro momento, para as debilidades que haviam no sistema. Se forem ver as declarações do primeiro dia de entrada em funcionamento, que foi no dia 01/06/2022, teve logo o cuidado de declarar que aquilo não estaria a funcionar e que era necessário fazer correções, e, de lá para cá, têm sido dos municípios mais interventivos nessa matéria, seja na TML, seja em articulação, neste caso, até com a Assembleia Municipal, articulando, e os deputados municipais, que têm um papel importantíssimo, chamaram aqui os administradores da TML, para os ouvir e para prestarem esclarecimentos, e isso foi feito, e a Câmara Municipal também tem exercido a sua pressão constante.

Ainda recentemente, receberam um dos administradores da TML, para fazer o balanço da atividade e da operação no que diz respeito ao concelho da Moita, voltaram a fazer referências àquilo que se tem vindo a passar, estando, na altura, em alta época eleitoral, a única coisa que não queriam, é que a ação

que viessem a desenvolver que, neste caso, a proposta que foi feita foi ao administrador, foi de elementos do executivo da Câmara, juntamente com elementos da administração, irem para Lisboa, de manhã, às horas que as pessoas se queixam, e irem ver in loco o que é que se está a passar, e não queriam que fosse confundido com uma campanha, neste caso, para as legislativas, por isso não o fizeram naquele momento, e também não querem fazer na Páscoa, por isso têm que o fazer em breve, porque nas férias da Páscoa não é altura, uma vez que há menos jovens a deslocarem-se de autocarro, por isso não é o momento certo para fazer essa avaliação in loco, porque aquilo que debatem nas reuniões, e são-lhes mostrados quadros, fórmulas e mapas que, na realidade, fazem muito sentido, mas depois, o que se vê na prática, é que as pessoas continuam a queixar-se e a ter, exatamente, os mesmos problemas.

Aquilo que lhe é transmitido, e que passa da mesma forma que lhe transmitiram a si, é que, quanto maior é o número de autocarros, maior é o número de pessoas que passam a utilizar aquela carreira e que, na realidade, depois têm muita dificuldade para dar resposta, dado ao incremento da procura, mas isto é algo que, como disse, têm que ir para o local ver. Está habituado, pela atividade profissional que exercia, que é no local que, muitas vezes, conseguem perceber, efetivamente, o que é que se passa, e os gráficos são muito importantes, as tabelas são muito importantes, mas também é muito importante ir ao terreno e falar diretamente com as pessoas e, como disse, é isso que querem fazer em breve.

Sobre as queixas que são reportadas, também desde o primeiro momento, criaram um e-mail para facilitar o contato para fazer as reclamações para a TML, porque não é para a Alsa Todi é a operadora e a TML é a gestora do contrato, e tem que ser o gestor a obrigar a operadora a cumprir o contrato, e não vão logo passar do gestor para o procurador, porque o interlocutor do município é a TML, embora a Alsa Todi esteja aqui no concelho, não articulam diretamente, porque senão não faria sentido terem a TML como intermediário, ficariam logo a gerir diretamente a operação.

Foi-lhes reportado que, ao longo do ano, e, nomeadamente, até novembro, foram colocados 43 novos horários para a 4701, que significam fins de semana, durante a semana, e alguns períodos, e foram acrescentados 43 novos horários, seja no sentido do Vale da Amoreira – Parque das Nações, seja Parque das Nações – Vale da Amoreira, incluindo alguns desdobramentos e outras situações, mas as pessoas continuam-se a queixar, e é por as pessoas se continuarem a queixar é que é necessário ir ao local. E, de longe, a 4701, de todas, é a que apresenta um número mais elevado de queixas, as outras, de acordo com as tabelas a que tiveram acesso, têm, aproximadamente, 30, 40 queixas, como ainda agora estavam a ver nos mapas que lhes enviaram, e que pode aqui parafrasear, a 4102 tem 14 queixas, a 4531 tem 15 queixas, a 4604 tem 16 queixas, a 4621 tem 40 queixas mas, quando vão para 4701, têm 156 queixas registadas. Por isso, é muito importante que as pessoas deixem registadas as suas queixas porque, só com esse número a sobressair, é que podem justificar que, efetivamente, é necessário fazer qualquer coisa para resolver esta situação.

A Câmara Municipal paga um serviço, o serviço está a crescer, mas, independentemente, de estar a crescer, o que é dito, e continua a ser dito, é que não será satisfatório, por isso, o compromisso que aqui deixa é, em breve, agendar uma reunião e in loco com o administrador da TML, seja à hora que for da parte da manhã e seja à hora que for da parte da tarde, para estarem com as pessoas a ver in loco os problemas. O que vai pedir, nesse momento é que as pessoas tenham serenidade no contato com o responsável da TML, mas que transmitam aquilo que, efetivamente, sentem, para que toda a gente perceba o que ali se passa, e que expliquem bem, ali naqueles momentos quais são, e continuarem a enviar e-mails para as reclamações ficarem registadas. Mas, também no local, quando estiverem presentes, façam questão de explicar, com serenidade, aquilo que sentem, aquilo que registam, aquilo que veem, aquilo que não fica registado no GPS dos carros, aquilo que não fica registado na bilhética dos carros, aquilo que pode passar ao lado da avaliação desses dados.

Era esse o apelo que aqui deixa, bem como o compromisso da Câmara Municipal continuar ao lado dos utentes desta carreira, porque cabe-lhes defender aqueles que são os seus interesses, porque os representam, e têm que ser os primeiros a defendê-los, estamos com os utentes, e espera estejam com a Câmara naqueles momentos, para explicarem em viva voz, na primeira pessoa, essas situações, e dizer, desde já, que vão voltar a reiterar e vão recordar aquilo que lhes foi dito hoje, uma vez mais, para a administração.

Relativamente à questão que o senhor João Henriques lhes traz, da estrada nacional com rua dos Marítimos, não querendo correr o risco de se repetir, mas repetindo, porque faz a pergunta novamente, e não quer parecer indelicado ao não responder, remetendo para aquilo que foi dito na reunião de Câmara passada, e que vai voltar a dizer, que a Câmara Municipal identificou que havia um colapso, ou seja, havia um buraco na rua São Sebastião e, prontamente, procedeu à reparação desse buraco, buraco esse que voltou a abrir. A Câmara Municipal, confrontada com essa situação, os técnicos da

Câmara acharam por bem, e ainda bem que o fizeram, que algo ali se passava. Pediram uma inspeção do LNEC, que orçou para a Câmara Municipal perto de 5000 euros, onde foi feita a inspeção de um traçado ao longo de, aproximadamente, 80 metros, e foi dito que, grande parte dessa zona, estaria em risco de colapso.

A Câmara Municipal o que fez, assim que soube dessa situação, foi desenvolver um projeto rápido para resolver essa mesma situação, porque tem que se fazer um projeto para resolver essa situação, com caráter de urgência, ao mesmo tempo que ia monitorizando o abatimento da via, para garantir as condições de passagem de veículos e pessoas, ver se havia abatimentos, se não havia abatimentos, se aguentava ou se não aguentava a circulação, e assim que tiveram o projeto, lançaram um concurso público urgente, que demora, por lei, 10 dias, e adjudicaram a obra, findo o prazo desse concurso a uma entidade que o ganhou, que apresentou o preço e ganhou, que foi um pouco abaixo do preço base, e que, por razões que identificou e que verbalizou, e com as quais, muitas delas, não concordam, os técnicos da Câmara não concordam, achou por bem tapar o buraco e não dar continuidade à obra.

O que o executivo municipal vai fazer não é segredo nenhum, já está uma reunião de Câmara agendada para amanhã, porque amanhã é quarta-feira e têm uma reunião, para decidir o que é que vão fazer, e a proposta vai ser resolver o contrato, e se for aprovada em reunião de Câmara, depois há o período para as pessoas se pronunciarem sobre essa proposta de resolução do contrato, de acordo com o CCP, a essa decisão da Câmara de resolver o contrato, e isto, repete, se a proposta de resolução do contrato for aprovada, e depois o que farão, logo na reunião de Câmara seguinte, se nada houver em contrário, é lançar um novo concurso. Isso é aquilo com que se pode aqui comprometer, porque é impossível fazer as coisas mais rápido do que aquilo que estão a fazer, cumprindo a lei.

Cumprindo a lei, os prazos processuais e os limites legais de adjudicação das obras, é impossível fazer mais rápido do que aquilo que estão a fazer, e, ao contrário de outras obras que foram tendo lugar, não esperaram 2, 3, 4, 5, 6, 7 meses de incumprimento para agir, agiram de imediato. Como diria alguém que conhece e muito estima, mais ação. Agiram de imediato, não ficaram à espera, e é o que vão fazer. Não vão ficar à espera para resolver um problema que é evidente aos olhos de todos, agora, não peçam ao Presidente da Câmara para que tome medidas que não respeitem o Código dos Contratos Públicos, porque o limite, na contratação pública, para concursos urgentes, para obras urgentes, está tabelado e só vai até 300000 euros. Por isso, se aquela obra custasse 301000 euros, não o poderia fazer em 10 dias e cumprir o prazo de uma obra normal.

Compreende que a obra é urgente, estão a fazer tudo para que a obra se faça o mais rapidamente possível, cumprindo então os critérios dos concursos públicos urgentes, porque a obra é urgente. Tem um relatório do LNEC que diz que a obra é urgente, que a obra é urgente ser feita, e está claro a todos que, pelo trânsito que se vê na Moita e por aquilo que acontece quando chove, que é urgente avançar rapidamente com aquela a obra. Por isso, pediria desculpa sim, se não estivesse a fazer tudo o que está ao seu alcance, pediria desculpa sim, se fosse o próprio o responsável por não ter feito a manutenção ou a renovação da rede que era necessária, deixando a rede chegar àquele ponto.

Por isso, como o que estão aqui a fazer é resolver problemas, acha que o que têm é de se orgulhar do trabalho que estão a fazer em prol da população, e estão a fazê-lo o mais rapidamente possível, e não devem nada a ninguém.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pedi ao senhor Presidente para apelar à sua capacidade de síntese porque estão prestes a ultrapassar o tempo regimental, e ainda falta dar a palavra às bancadas.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Mais rapidamente, quanto àquilo que, neste caso, o munícipe João Lobo aqui disse, não tem nada a acrescentar, o que veio aqui fazer foi um apelo para estarem presentes numa iniciativa e está no seu direito. A Câmara Municipal vai desenvolver um conjunto alargado de iniciativas, e o Vereador António Carlos Pereira poderá falar numa delas em particular, que acha que também é muito significativa, mas não tem mais nada a acrescentar.

Vai passar a palavra à Vice-presidente Sara Silva, e depois ao Vereador António Carlos Pereira para falar também desta iniciativa, apelando também ao poder de síntese de cada um.

Vice-presidente da Câmara Municipal, Sara Silva

Este assunto com o senhor Manuel Rodrigues, é um assunto que já tinha dito na última reunião de Câmara pública, que, para si, estava encerrado, e acha que é altura de o encerrarem definitivamente.

Ainda assim, gostaria também, para finalizar este capítulo, de dar aqui algumas indicações, até porque o senhor Manuel Rodrigues afirma que foi violentamente ofendido, e gostaria de lhe perguntar com que palavras e afirmações o ofenderam, portanto, achando o executivo que o trataram com o devido respeito na última reunião de Câmara e na última Assembleia Municipal.

Colocou os e-mails à disposição para todos lerem, e garantidamente a própria não vai fazer o mesmo, porque tem vergonha das palavras que lá estão escritas, e por isso mesmo, ainda que insistam, não vai expor os e-mails que o senhor Manuel Rodrigues dirigiu às trabalhadoras da Câmara porque, na realidade, não o deve fazer para não ferir suscetibilidades e até por respeito às pessoas.

Queria também dizer que não vale a pena estarem aqui a prometer que irão aceitar as sugestões, e o senhor Manuel Rodrigues continua a dizer que tem uma mesa de xadrez, que lhe agradece, mas enquanto não pedir desculpas às trabalhadoras da Câmara, que foram muito maltratadas pelo senhor Manuel Rodrigues. Portanto, enquanto isso não acontecer, tem a dizer que, na realidade, a Câmara da Moita não tem as portas abertas para trabalharem, infelizmente, por questões que se prendem com a falta de educação. Não podem permitir que continuem a trabalhar, como trabalham com toda a gente que vem a bem. e com quem podem ter aqui algum tipo de parceria, portanto, como não é o caso, as portas não estarão abertas para receber qualquer sugestão, enquanto não dirigir um pedido de desculpas às trabalhadoras da Câmara.

E com isto, para rematar, é de muito mau gosto que venha aqui menosprezar qualquer munícipe, e ainda mais o Presidente da Câmara, que nem vai classificar, porque acha que foi de muito mau gosto, porque toda a gente tem que ter o devido respeito, e nesta Casa, que é a da democracia, têm que respeitar todos.

Sobre a TML, que já falaram, reforçar também aqui que, de facto, há reuniões periódicas com o engenheiro Rui Lopo, em representação da TML, e reforçam sempre que esta carreira continua a ser problemática. É uma carreira que, ainda assim, eles atribuem estes constrangimentos a um aumento de passageiros, e até de acordo com o balanço que fizeram no ano passado, e só para dar uma ideia, verificam que, em janeiro de 2023, eram transportadas nas carreiras da Moita cerca de 138000 pessoas, e em janeiro de 2024, esse valor aumentou para 170000, portanto, têm um acréscimo de 32000 pessoas a serem transportadas, só nesta zona da Moita, de um ano para o outro, e isto é muito significativo, e já afirmaram que isto não pode ser, de maneira nenhuma, uma desculpa para que não haja um novo reforço da carreira 4701, como houve, inclusive, em novembro último, em que foram acrescentados 43 novos horários, e alguns deles sofreram também ajustes.

Dar nota também que, na última reunião, sugeriram também uma alteração da carreira circular 4604, porque achavam que fazia sentido fazer um outro circuito, para que abrangesse mais municípios, e com isto ter uma outra capacidade de resposta. Portanto, todas as reclamações são por encaminhadas pela Câmara, semanalmente, para a TML, têm feito um acompanhamento mesmo insistente perante a TML, e vão continuar a fazer, sendo que, ainda que as reclamações tenham diminuído, ainda assim, acham que as pessoas têm o direito e vão sempre fazer com que a TML assuma sempre reforçar e tenha aqui uma postura também de colaboração com a Câmara, para que, num curto espaço de tempo, consigam ter isto resolvido porque, infelizmente, ninguém merece passar por estas situações.

Vereador da Câmara Municipal, António Carlos Pereira

Relativamente às celebrações dos 50 anos da Revolução do 25 de Abril de 1974, esta tem sido uma programação desta data comemorativa, como tem sido tem apresentado em outros momentos, desde 24/03/2022, em que têm feito uma programação muito específica para estas celebrações e estes 50 anos no concelho, envolvendo os agentes associativos, as escolas, juntas de freguesia, um conjunto de entidades que têm estado associadas a esta programação. Efetivamente, Abril está na rua, e é isso que querem, que Abril seja feito todos os dias, na rua, onde tiver que estar, nas escolas, nas bibliotecas, e cada um dos presentes, naquilo que é o seu dia a dia e as suas rotinas, façam nestes momentos, e também nestas celebrações em que evocam esta liberdade e esta democracia, em cada momento.

Portanto, é o que tem sido feito desde essa data, quando levaram para Alhos Vedros, nesse dia em que fazia 7500 dias de liberdade, mais um do que aqueles que tinham sido vividos em ditadura, portanto, 24/03/2022, e foi logo ali, em Alhos Vedros, com um cantor local, que convidaram a apresentar o seu repertório, muito na base dos cantores de intervenção, José Afonso, Adriano Correia de Oliveira, José Mário Branco, vários cantores que ali foram evocados, também numa celebração já comemorativa daquilo que vinha a ser esta estrutura mais local de missão para estas celebrações dos 50 anos.

Efetivamente, é aí que pretendem celebrar, é na rua, e nos diferentes momentos, e já no dia 16 de março, pretendem também fazer aqui uma iniciativa, ela própria, também muito emblemática, um marco significativo também na história do país, quando há aqui o levantamento das Caldas, portanto,

nesta tentativa de golpe de Estado, que foi um prelúdio daquilo que viria a ser o 25 de Abril e a revolução do 25 de Abril de 1974, portanto, já no dia 16, pelas 10 horas, que vão fazer esta arruada para também assinalar este momento na história, na memória coletiva de todos aqueles que passaram por estes acontecimentos.

Serão várias iniciativas, naquilo que é a programação que está apresentada, estando na rua, também nas comunidades educativas, em maio, com um stand específico para que aquilo que são os trabalhos das crianças e jovens das escolas do concelho, possam ali também ter um momento e um espaço nobre para apresentar os seus trabalhos, e a sua forma criativa e artística de viver estas datas e de celebrarem com todos estes 50 anos. Mas, também será o viver o 25 de Abril no Vale da Amoreira, no dia 24, onde hoje, no conselho geral do agrupamento de escolas, estão a ser apresentadas todas estas atividades, que têm uma programação vasta, com diferentes entidades, associações locais, coletividades, clubes, juntas de freguesia, o município, a Assembleia Municipal com a sua sessão solene, no próprio dia 25 de Abril, tem este este momento marcante, que também dá voz a todas as bancadas e a todos os partidos políticos que, naquele momento, queiram também se expressar e ter ali o aquele momento para evocar e enaltecer também estes feitos, aqueles que são os do passado, aqueles que são os do presente, mas, sobretudo, aquilo que pretendem para o futuro.

Portanto, é uma programação que têm aqui enriquecedora daquilo que é também o mais emblemático no concelho, um pouco por todas as freguesias, não deixando ninguém para trás, todos aqui contam, e é neste aspeto e nesta condição que têm esta programação, que está já apresentada, de março a maio, mas que pretendem que vá até dezembro de 2025, e que estas celebrações destes 50 anos decorram durante todo este período.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou às forças políticas representadas se pretendiam fazer alguma intervenção sobre as questões colocadas.

Presidente da Junta de Freguesia da Moita, Fabrício Pereira

Quer pedir desculpa à sua bancada, do PS, mas tem que intervir porque, normalmente, neste ponto, sendo só há um interveniente por bancada partidária, tem toda a lógica que a intervenção seja feita por quem está em representação da bancada do Partido Socialista na Assembleia, mas tinha que pedir a palavra para defender a honra de uma pessoa que não está presente nesta Assembleia, e que foi atacada durante a intervenção do público, pelo senhor Manuel Rodrigues, e que é a tesoureira do seu executivo. Não o poderia fazer e deixar passar esta situação, porque não é bonito falarem em pessoas, primeiro, quando não estão presentes, e, sobretudo, em sessões de assembleias institucionais, estar a referir pessoas de outros órgãos, ou até ataques pessoais.

Deve referir que a pessoa em causa, que faz parte da sua equipa, é uma pessoa idónea, que pertence a uma família idónea, e de bem, desta terra. É uma pessoa que foi atacada nas redes sociais por entender não ter querido dirigir a palavra a uma certa e determinada pessoa, e depois foi alvo de críticas e de abusos de ofensa perante a sua integridade. É inadmissível esse assunto ter voltado aqui a esta Assembleia, e qualquer familiar direto, numa situação destas em que a visada é a sua própria esposa, é óbvio que, mesmo assim, as coisas foram muito serenas e foram resolvidas da melhor maneira, porque não houve qualquer agressão, nem houve qualquer intervenção física. Mas, fica aqui o repúdio por essa situação, por tudo o que aconteceu e, infelizmente, esse assunto ter sido novamente puxado a uma assembleia pública.

Como já tinha pedido a palavra, e só há uma intervenção por bancada, e os presidentes de junta estão inseridos nesta bancada, não estão na bancada de presidentes de junta, quer referir outras situações. As casas de banho da escola nº 2 têm sido alvo de manutenção periódica, e se não têm fechadura, tem o seu propósito, porque estão a falar crianças desde os 4 aos 9, 10 anos, que as frequentam e, obviamente, não se podem fechar por dentro de nenhuma casa de banho. Isto é lógico, só quem não sabe do que está a falar é que vem com este tipo de acusações. Já assim o era no passado e assim há de ser no presente.

A mesma coisa acontece com o uso dos suportes de papel higiénico, é óbvio que isso é tratado pelos assistentes operacionais que pertencem a essa escola, não é por falta de manutenção, nem por falta de condições da escola, porque, por acaso, a escola nº 2 tem sido uma escola muito bem conservada ao longo dos anos, e também não era agora que iria deixar de ser, e que deixava de ter qualquer lógica não ter fechaduras por dentro, onde estão estas crianças, e com os apetrechos. E, que isto fique salvaguardado, porque não falta, absolutamente, nada àquelas crianças, e tudo que estiver ao seu

alcance ser-lhes-á proporcionado. Inclusive, este ano letivo, vai haver surpresas naquela escola que, a seu tempo, haverão de divulgar.

Relativamente à carreira 4701, também não poderia deixar de fazer aqui alguns reparos, porque continua a existir problemas graves com esta carreira, continua a ser um martírio para quem precisa de ir trabalhar ou para a escola todos os dias, e precisa utilizar este meio de transporte. Chegou-lhe relatos que, na sexta-feira passada, ficaram entre 50 a 60 pessoas na Gare do Oriente, quando o último autocarro para cá estava cheio, e foi um desespero para as pessoas que lá ficaram. Os problemas persistem, não existe cumprimento de horários, são constantes os cancelamentos das carreiras, ou os atrasos, ou falta de autocarros, que é tudo o mesmo problema e é um processo recorrente.

A situação dos autocarros lotados e esgotados é do conhecimento público, e pensava que, ao longo destes anos, as coisas fossem amenizando, mas não, elas continuam a persistir, e isto é muito grave para quem, todos os dias, não sabe a que horas chega ao trabalho, é não compatível com uma correta situação laboral dos moitenses que precisam utilizar autocarro. Têm que ser tomadas medidas, urgentemente, de forma a mitigar que pessoas entrem nestes autocarros e depois saiam no alto de São Sebastião ou na Lançada. Não é técnico de transportes públicos, mas será fácil perceber que, se a carreira 4701 for atrás de um autocarro local que faça a carreira da margem sul, provavelmente, as pessoas que querem ir de Alhos Vedros, da Fonte da Prata, ou de outra paragem qualquer para o alto São Sebastião ou para a Lançada, podem apanhar a carreira da frente que é um autocarro normal, que passa de 20 em 20 minutos, ou de quarto em quarto de hora, e aí, essas pessoas, de certeza, já têm acesso.

Isto são formas de mitigar que saiam 10 ou 15 jovens para ir para a escola secundária, e o autocarro segue vazio para Lisboa. Realmente, isto são situações que os preocupam e que devem ser acauteladas, de uma vez por todas, porque isto é um martírio e, cada vez mais, querem promover os transportes públicos, e deparam-se com esse problema. Com a CP, a mesma coisa, mas, em sede própria, também quando houver oportunidade de falar, porque o incumprimento de horários é também uma constante para quem deles precisa, e causa demasiado alvoroço. O próprio também foi alvo disso, durante anos, aqui na Moita, porque é moitense e precisava de transportes para trabalhar. Neste momento, tem o privilégio de cá estar, mas compreende quem, todos os dias, se precisa deslocar, sobretudo, para a margem norte.

Entretanto, também existem outras situações, e foi reencaminhado um e-mail para o senhor Presidente da Câmara, e que já foi também referido, de alguns pontos que estão a ser analisados na Moita para serem incluídos nos trajetos dos autocarros, como, por exemplo, a estação dos comboios ou até o Alto do Moinho, ou quem vem da Fonte da Prata, que tem que ficar ao pé da rotunda da BP para ir a pé para a estação para apanhar o comboio, e poderá haver uma solução de um autocarro, de xis em xis carreiras, dar a volta à estação, para as pessoas poderem estar em condições de se deslocar para o comboio, e quem diz Fonte da Prata, diz do alto da Moita, que também sai junto à rotunda da BP e depois tem que fazer aquele trajeto, e assim, além de tempo, também mitigando condições climatéricas.

Enquanto Presidente da Junta de Freguesia, foi convidado, e também teve a oportunidade de consultar os seus colegas que foram convidados pela TML, em abril de 2022, para uma reunião de apresentação no dia 2 de maio. A partir desse momento, nunca mais, além dos e-mails que enviam para a TML, acerca dos assuntos, aliás, para as duas entidades competentes que estão ao seu alcance, e desde essa data, e atualmente, estão completamente disponíveis para ir a uma reunião, a uma reunião, que possa haver entre essas entidades, para poderem também ter um local onde se podem expressar, não por e-mail, mas em conversação, pessoalmente, para também poderem dar os seus pontos de vista dos problemas que estão a afetar os seus fregueses em termos de transportes públicos.

Quer deixar essa sua disponibilidade, para poderem ser convidados numa próxima reunião, seja pela TML, seja pela autarquia, para poderem dar voz àquelas pessoas que também vêm ter com eles, poderem falar sobre os assuntos e estarem com maior clareza, dentro dos problemas que afetam as pessoas.

Deputado João Faim, em nome do Grupo Municipal da CDU

Quanto à questão aqui colocada pelo senhor Manuel Rodrigues, fazia aqui um apelo ao diálogo, em privado, entre o senhor Manuel Rodrigues e a Câmara Municipal, porque acha que nada é impossível de ser resolvido, serenamente e em diálogo, e os pedidos de desculpa, se houverem de parte a parte, que sejam devidamente atribuídos e que, por favor, os poupem e poupem a população da Moita a estas situações, que já acontecem com alguma assiduidade.

Quer aqui deixar o seu grande reconhecimento e a sua homenagem ao senhor Staline Rodrigues, Presidente desta Câmara Municipal, indicado, na altura, pelo Partido Comunista Português e pelo MDP/CDE, foi também membro desta Assembleia Municipal, eleito, primeiramente, pela CDU, e depois pelo Partido Socialista, e é reconhecidamente, e por todos, um grande democrata. Foi uma pessoa que os honra, honra esta terra, e, em nome dele, pede, exatamente, que subscrevam este apelo à serenidade e ao diálogo em privado, para que, de facto, o legado da pessoa seja devidamente respeitado, também nas palavras.

Relativamente às questões que aqui são colocadas, e sobre a questão da TML, a bancada da CDU fez um requerimento a pedir, exatamente, que disponibilizem, e até corroborando um bocadinho também a ideia do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Moita, que é a falta de informação, e que esta Assembleia deve ter, porque as coisas são aqui colocadas. Já houve aqui sim, uma reunião, promovida pela própria Mesa da Assembleia, mas as coisas já duram há muito tempo, arrastam se e, de facto, é importante terem informação, esses dados que o senhor Presidente da Câmara aqui falava, esses tais gráficos, e o requerimento da CDU é no sentido de ser partilhado por esta Assembleia e ser também tornado público, e as pessoas terem acesso às reclamações que existem por cada linha, e saber, exatamente, o que é que se está a passar, e não apenas porque alguém vai reclamar é que ficam a saber. Não.

Querem saber porque estas coisas devem ser monitorizadas, no dia à dia, haja ou não haja eleições, o trabalho é para fazer todos os dias, todos os dias as pessoas têm que se deslocar para trabalhar, independentemente, dos ciclos eleitorais, se há eleição para a Assembleia da República, se há eleição para o Parlamento Europeu, o trabalho tem que ser feito, e isto tem que ser tudo monitorizado sempre, e daí o seu apelo e o seu requerimento, para que esses dados sejam disponibilizados, até porque estão em crer que estas situações, e a par também de registos que têm conhecimento, de que também há problemas com os comboios, há comboios atrasados, há horários de comboios também suprimidos.

Isto requer uma análise cuidada daquilo que é o sistema de transportes na área metropolitana, das acessibilidades à área metropolitana, e também a necessidade que há da terceira travessia do Tejo, quer com valência rodoviária, quer com valência ferroviária também. Esse é um argumento que a CDU tem vindo a apontar como uma necessidade e, de facto, estas pequenas, entre aspas, reclamações, e que afetam grandemente a população, no dia a dia, vêm provar, exatamente, esta necessidade. O país tem dinheiro, o país tem fundos do PRR, portanto, haja vontade. E, esta terceira travessia, faz falta à região, faz falta à margem sul, e deve ser construída.

Aliás, falou aqui num requerimento, e pondo aqui a questão, exatamente, do buraco, da tal obra que, quase há dois anos, está por resolver na rua de São Sebastião, no cais da Moita, foi aprovado por esta Assembleia, um requerimento da CDU em que fizeram o pedido para que lhes fosse disponibilizado o célebre relatório do LNEC. Até hoje, e perdoem-lhe as palavras, mas não encontrou outras, no mínimo, o que pode dizer é que é uma tremenda falta de respeito para com os órgãos municipais, para com esta Assembleia, porque já passou imenso tempo e esse relatório não foi disponibilizado.

Ele continua a ser referido, há pouco, o senhor Presidente da Câmara referiu o relatório, a urgência, e “tal tal”, mas, enquanto eleitos desta Casa, colocaram a questão, solicitaram que esse relatório lhes fosse disponibilizado e, até hoje, foi negada essa informação. Espera não terem de recorrer a outras instâncias, porque elas existem, de facto, e que permitem o exercício da democracia, mas foi um requerimento da bancada da CDU, votado nesta Assembleia, e que a Câmara teima em desrespeitar e não fornecer esta informação. Aliás, como também já aconteceu com outros requerimentos que têm feito, e essa informação é sonogada sistematicamente, e depois é verbalizada alguma retórica porque, de facto, não conseguem sequer analisar, de forma séria, porque não têm dados, não têm informação, porque essa informação está, exatamente, a ser-lhes sonogada.

A verdade é esta, e o senhor munícipe colocou muito bem, a obra já vai há quase dois anos, as pessoas estão a ser tremendamente afetadas na sua vida, o pequeno comércio que existe na zona está a ser afetado, e pergunta se a Câmara, que vai pretender, realmente, fazer a resolução do contrato, se nessa resolução do contrato, está um pedido de indemnização à população afetada, ao comércio que é afetado, porque isso é importante. Se há razões, e o senhor Presidente coloca aqui a questão, para fazer a resolução do contrato, então que seja pedida a devida compensação ao empreiteiro de indemnização às pessoas, pelos transtornos que são causados, e que, rapidamente, essa obra seja retomada e seja resolvida.

Agora, as coisas não podem continuar assim porque, volta a dizer, é tempo demais e, aquilo que começou por ser um pequeno buraco, está a tornar-se numa cratera imensa e que, de facto, espelha bem o que é que tem sido o trabalho, e, de certa forma, a incompetência, que tem levado a gestão desta obra. Isso é, de facto, o que está a acontecer, é uma cratera que está ali, que não tem resolução, e à medida que o tempo passa, os problemas são cada vez mais e avolumam-se mais.

Relativamente à questão, e também uma intervenção, sobre as comemorações do 25 de Abril, já viu a divulgação do município indicando, por exemplo, relativamente à sessão solene da Assembleia Municipal, dois horários distintos. Viu numa publicação, na Maré Cheia, a dizer que a sessão solene é às 09:00, e já viu uma publicação a dizer que é às 10:00. O senhor Presidente da Assembleia colocou aqui a questão, o ano passado, quando foi o desfile, apelou, e até manifestou alguma simpatia relativamente à participação no desfile, e coloca aqui, exatamente, essa participação porque, de facto, se houve consenso, se tem havido diálogo, no sentido de dignificar e fazer a celebração de Abril de forma abrangente, porque, e não é só um mero slogan, de facto, o 25 de Abril é de todos, e deve ser de todos, a verdade é que a prática acaba por ser uma prática autista, porque as coisas saem cá para fora e, pelos vistos, não bate certo “a bota com a perdigota”.

O desfile, e a Câmara tinha uma grande oportunidade de ser um polo aglutinador de um elo democrático, eleito democraticamente por esta população, para aglutinar, em seu torno, a participação de toda a população, teimosamente, não sabe porquê, certamente, podem ter outras explicações que não tem, mas a verdade é que esse desfile, até depois desse grande consenso, acabou por não acontecer promovido pela Câmara Municipal da Moita. Mas, ele vai acontecer, promovido pelos organismos populares, vai acontecer, promovido pela população, e é aberto a toda a gente, até à Câmara Municipal, se ainda quiser participar, daí o apelo da CDU também à participação no desfile do 25 de Abril, à participação em todas as comemorações do 25 de Abril que estão anunciados, que espera que sejam concretizadas, pelo menos, desde a homenagem ao monumento dos combatentes, aos murais da liberdade, às várias iniciativas que estão anunciadas, que elas sejam concretizadas, assim a Câmara também coloque o orçamento devido, porque ainda não viram o orçamento para sustentar essas iniciativas, e essa é outra questão, mas, falando propriamente do desfile, apela e faz suas também as palavras do senhor munícipe João Lobo, na celebração da democracia, que é o desfile do 25 de Abril, e o convite à participação de todos.

E, espera bem que este ano, e já o ano passado aqui o referiram, não haja GNR, obviamente, a ter que fazer o seu trabalho, porque foi mandado por alguém a ter que identificar os promotores do desfile, porque não tiveram autorização para a realização do mesmo. Espera que, nos 50 anos do 25 de Abril, isso não venha a acontecer e não volte a acontecer. E, este apelo também à Câmara Municipal, a opção de participar ou de não quererem organizar, é da Câmara, mas que, pelo menos, tenham respeito por quem organiza e não mandem a GNR identificar as pessoas.

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, António Chora, em nome do Grupo Municipal do BE

Queria apenas referir duas ou três questões, e em relação à carreira 4701, já é normal ouvirem aqui as críticas dos cidadãos que a utilizam, principalmente, a partir da Moita, e pensa que as coisas têm que começar a “aquecer” mais, em termos de Câmara e TML, porque a Câmara mete muito dinheiro na TML, mete mais de 1000000 de euros, que saiba, na TML, e tem o dever de exigir que os transportes dos seus cidadãos aqui estejam à altura daquilo que as pessoas necessitam. É uma teimosia da TML o não querer fazer o tal desdobramento da carreira a partir da Moita.

Já foi aqui sugerido pôr uma camioneta que viesse do Vale da Amoreira para a rotunda da BP, e seguisse para a autoestrada, para evitar a situação de utilização do transporte pelos jovens que vão para a escola, deixando as pessoas que vão trabalhar em pé, portanto, é uma teimosia nítida da TML não pressionar o operador neste sentido, e pensa que, se as coisas não vão em conversas de gabinete, se calhar, terão que começar a vir em conversas nos jornais, entrevistas aos jornais, a denunciar esta situação, por parte da Câmara Municipal, que é o pagador.

Em relação à questão que o senhor Manuel Rodrigues aqui levantou, subscreve, na íntegra, o que disse o Deputado João Faim, sobre uma resolução entre a Câmara Municipal e o senhor Manuel Rodrigues, porque pensa que estas coisas se devem resolver no interior dos gabinetes. Se as ofensas não foram públicas, foram entre o senhor Manuel Rodrigues e as pessoas afetadas, também deve ser nesse sentido que as coisas devem ser feitas, e não estar a pressionar para pedidos de desculpas públicos que não levam a lado nenhum.

Quero também subscrever a intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia, sobre a situação das casas de banho, e que não é uma situação nova, toda a vida foi assim nas escolas primárias, portanto, é completa falta de conhecimento aquilo que foi dito neste caso pelo cidadão Manuel Rodrigues.

Quanto à questão dos requerimentos, também quer dizer que é lamentável o que se está a passar nesta Assembleia Municipal. É mesmo lamentável e triste, a Câmara Municipal se recusar, sistematicamente, a dar resposta aos requerimentos que lhe são solicitados. Pensa que há mesmo meios legais para obrigar a Câmara a fazê-lo e, sendo assim, a sua bancada está na disposição de,

conjuntamente com bancada da CDU, de subscrever os meios legais para obrigar a que os requerimentos sejam respondidos.

Quanto à questão do 25 de Abril, também quer dizer que lamenta a decisão que foi tomada. Da parte do Bloco de Esquerda, não vão deixar que o 25 de Abril seja fechado numa praça, seja fechado num pavilhão, seja fechado onde for, vão estar na rua, nesse dia, e vão estar a comemorar o 25 de Abril neste concelho, independentemente, de que direção da autarquia tenha decidido querer ou não querer, acha que o povo tem voz suficientemente forte, e organização suficientemente forte, para se manifestar nesse dia, independentemente, da hora a que começa a Assembleia, só estará lá quando a manifestação chegar à praça da República.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Queria dizer que recebeu o relatório do LNEC e a autorização do senhor Presidente da Câmara para ser distribuído, e amanhã mesmo receberão.

Sobre o as comemorações do 25 de Abril, volta a referir que a Assembleia Municipal só tem mesmo que ver com a parte da sessão solene, que o horário será às 10:00, onde intervirá também o cantor de Abri, Francisco Maia, como se sabe.

Em relação ao desfile, não vai ter duas palavras, só tem uma. Sempre foi a favor do desfile, e acolherá, com muito agrado, o desfile, como nos outros anos o tem acolhido, às portas da Assembleia Municipal. Passam, realmente, uma altura difícil e é importante que as pessoas, no seu entender, há quem entenda o contrário, que fazem parte da solução pela democracia, estejam unidas e não se dividam por motivos menores. É importante congregar, realmente, esforços, e celebrar, em todas as suas vertentes, que são realmente bastantes, as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril. e honrar todos aqueles que lutaram pelo 25 de Abril, todos aqueles que lutaram contra o antigo regime, e que muitos deram a vida.

Por isso mesmo é, realmente, importante que as pessoas se unam neste dia, e porque teve conhecimento, não porque a si lhe tenham dado conhecimento oficial, que há uma comissão promotora, como noutros anos, do desfile, que complementa todas as comemorações do 25 de Abril, e é isso que é preciso, é dar força a Abril, que bem precisam.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Pedi ao senhor Presidente da Assembleia para, antes de finalizar este período, e apenas para que fique claro, porque foi feita uma acusação à Câmara Municipal, como um todo, relativamente a um facto que não é verdade, e como é necessário repor a verdade, gostaria que lhe permitisse apenas e só clarificar, para defesa da honra.

Em seguida, apresentou a defesa da honra, em conformidade com a transcrição infra:

“A GNR não anda a mano de ninguém, ou seja, as forças da autoridade não andam às expensas ou ao mando do poder autárquico. Existe, na nossa Constituição e na nossa democracia, e bem, separação de poderes. O que aconteceu foi que a GNR identificou, nessa marcha, um veículo a vir em sentido contrário e autuou esse mesmo veículo que vinha em sentido contrário.

Quero deixar claro que as regras de trânsito existem, são para cumprir, nesta ou em qualquer circunstância, e foi isso que aconteceu.

Dito isto, também agradecer o esclarecimento que foi feito pelo Senhor Presidente, já havia enviado então a documentação necessária e o relatório do LNEC, para que fosse dado a conhecer a todos. Fá-lo-ia aqui, mas não tenho aqui o computador à minha disponibilidade. O Senhor Presidente irá fazê-lo, e bem, a todos.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perante um pedido de defesa da honra manifestado, iria passar a palavra ao Grupo Municipal da CDU.

Defesa da Honra do Grupo Municipal da CDU proferida pelo Deputado João Figueiredo

“Eu quero vincar que não foi dito, em momento algum, que as forças da ordem estão ao serviço de qualquer poder político. O que foi dito é que as forças da ordem cumpriram aquilo que era seu dever, dado que a manifestação não foi autorizada, porque se a manifestação fosse autorizada, não havia lugar a identificação de ninguém, não havia lugar a muitas de ninguém.

Portanto, é só isso, é só a Câmara Municipal da Moita não ser um obstáculo às comemorações do 25 de Abril no nosso concelho, como foi o ano passado e como está a ser este ano,”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Só queria dizer que, enquanto Presidente da Assembleia fez, realmente, esse pedido à Câmara Municipal para que não fossem criados quaisquer obstáculos ao direito de manifestação, ao direito de liberdade. Foi-lhe garantido que não o fariam, e que nunca foi intenção da Câmara fazer qualquer coisa nesse sentido, o que acredita.

Em seguida, deu por concluído o período de intervenção do público.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3.1 - Hasta pública para Cedência dos Lotes de Terreno nº 45, 46, 47, 48, 49, 50 e 51 sítios na Vila Verde, na freguesia de Alhos Vedros em direito de superfície para construção de habitações para arrendamento no âmbito do 1.º Direito

A proposta infra foi aprovada por unanimidade, com oito votos a favor, sendo quatro do PS, três da CDU, um do Vereador Independente, na reunião da Câmara Municipal realizada em 29/02/2024:

“Considerando que:

Nos termos do art.º 65.º da Constituição da República Portuguesa "todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar" e que "Para assegurar o direito à habitação, incumbe ao Estado:

- a) Programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social;
- b) Promover, em colaboração com as regiões autónomas e com as autarquias locais, a construção de habitações económicas e sociais;
- c) Estimular a construção privada, com subordinação ao interesse geral, e o acesso à habitação própria ou arrendada;
- d) Incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações, tendentes a resolver os respetivos problemas habitacionais e a fomentar a criação de cooperativas de habitação e a autoconstrução. ”

O Município tem vindo a considerar a necessidade de adequar a gestão às exigências de uma nova política de habitação, que deve atender às dimensões da economia urbana, da coesão social e da sustentabilidade económica e social.

A gestão do parque habitacional municipal e do seu património imobiliário constitui uma das âncoras fundamentais em que assenta uma política municipal promotora da coesão social e capaz de contribuir para uma integração harmoniosa dos territórios, visando a redução das desigualdades.

O Município tem vindo a dar continuidade a políticas ativas no sentido de melhorar a qualidade de vida das pessoas, implementando ações que visam promover uma verdadeira inclusão social dos munícipes.

Nos termos conjugados das alíneas h) e i) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, os municípios detêm atribuições no âmbito da ação social e da habitação, a nível da promoção da habitação social para famílias carenciadas e da administração corrente do respetivo património municipal.

No quadro de crescente dificuldade de acesso das famílias a uma habitação digna e a preços compatíveis com os seus rendimentos, num contexto particularmente complexo como o atual, importa refletir sobre as respostas necessárias a delinear uma política habitacional consistente e duradoura, capaz de enfrentar de forma estratégica as questões habitacionais com que a cidade se confronta.

A Estratégia Local de Habitação, enquadrada no artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, que cria o 1.º Direito - Programa de Apoio à Habitação, é um instrumento que define a estratégia de intervenção em matéria de política de habitação a nível local. Como tal, deve fornecer um enquadramento estratégico e um modelo de intervenção, para a atuação em matéria de habitação, que oriente e articule as políticas públicas de habitação e a atuação das entidades públicas e privadas no território.

Pretende-se desenvolver um novo projeto habitacional, em curto espaço de tempo, que irá permitir de forma célere criar uma resposta habitacional para as nossas populações no âmbito das necessidades identificadas no Programa 1º Direito e inscritas na Estratégia Local de Habitação do Município da Moita.

A totalidade dos fogos serão para arrendamento seja em regime de arrendamento apoiado seja no regime de "renda acessível" (renda máxima de aproximadamente 80% do valor de mercado), para assim dar resposta à dificuldade de acesso das famílias a uma habitação digna.

Sendo que é o Município que atribui as habitações, quer em regime de renda apoiada quer em regime de renda acessível, e enquadrado pelos Regulamento Municipais de Atribuição de Habitação (em alteração o Regulamento de Atribuição de Habitação em Regime de Renda Apoiada e por elaborar Regulamento de Atribuição de Habitação em Regime de Renda Acessível/Condicionada), deverá ser o futuro superficiário a fazer a gestão dos agregados familiares e do edificado.

A produção de habitação acessível, por via da cedência de património municipal ao abrigo da figura jurídica do direito de superfície a cooperativas de habitação, é uma solução que permite prosseguir o objetivo de alargar e acelerar a oferta habitacional acessível com base em património e apoio público, pelo que foram identificados terrenos vazios em património municipal com potencial de habitação.

O artigo 1524.º do Código Civil define o direito de superfície como aquele que "consiste na faculdade de construir ou manter, perpétua ou temporariamente, uma obra em terreno alheio ou de nele fazer ou manter plantações".

O direito de superfície é um direito autónomo em relação ao direito de propriedade do dono do terreno, sendo o seu objeto a faculdade de ocupação do espaço aéreo e do subsolo correspondentes à porção delimitada de terreno que, embora, quanto ao solo, continue a ser propriedade do dono do terreno, pode ser ocupada pelo superficiário com a construção ou com a plantação. O direito de superfície, sendo direito de construir ou de fazer plantações em terreno alheio, existe antes de concretizadas as construções ou plantações.

Em face o supra exposto considerando que o Programa 1.º Direito (Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, visa apoiar a promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada) a presente proposta fundamenta-se em motivos de relevante interesse público municipal, uma vez que a cedência pretende ampliar a resposta de oferta de habitação em regime de arrendamento apoiado e acessível, reduzindo assim, o desequilíbrio entre a oferta e a procura de habitação, em termos de quantidade, qualidade e preço acessível (isto é, adequado à taxa de esforço das famílias), procurando combater a carência habitacional do concelho da Moita.

Nestes termos, o Município da Moita é proprietário dos seguintes lotes, sítios na Rua Pedro Esteves, Vila Verde, na freguesia de Alhos Vedros, concelho da Moita:

Lote	Descrição CRP	Artigo Matricial	Área (m ²)	VPT
45	01496/261190	6375	240,00	156.919,38€
46	01497/261190	6376	252,00	238.531,20€
47	01498/261190	6377	252,00	238.531,20€
48	01499/261190	6378	252,00	204.162,49€
49	01500/261190	6379	252,00	204.162,49€
50	01501/261190	6380	252,00	238.531,20€
51	01502/261190	6381	340,00	305.373,98€

Pelo que, e em conformidade com o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, e da alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, na sua redação atualizada, propõe-se submeter à apreciação da Assembleia Municipal:

1. Autorizar a cedência do direito de superfície a título gratuito, em solo e subsolo de 7 lotes de terreno, integrados na esfera patrimonial do Município da Moita, identificados no anexo I, pelo prazo de 80 anos, sendo renovável por períodos sucessivos de 10 anos e nas condições do programa de procedimento de hasta pública, em anexo, com vista à construção de o máximo de 60 fogos de habitação.
2. Autorizar a realização de Hasta Pública para cedência em direito de superfície, a título gratuito, pelo prazo de 80 (oitenta) anos, sendo renovável por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, contados a partir da data da assinatura do contrato de constituição do direito de superfície, dos Lotes de Terreno n.º 45, 46, 47, 48, 49, 50 e 51 sítios na Vila Verde, na freguesia de Alhos Vedros, para construção de habitações para arrendamento no âmbito do 1.º Direito.
3. Aprovar o Programa do procedimento de hasta pública, nos termos da minuta em anexo (Anexo I), que contém os elementos essenciais do negócio jurídico a incluir obrigatoriamente no contrato de constituição do direito de superfície;
4. Aprovar a constituição da Comissão da Hasta Pública, com a seguinte composição:

Presidente:

- Marco Alexandre Fernandes Rodrigues (Diretor do Departamento de Gestão e Valorização Territorial)

Vogais efetivos:

- Susana Andreia Crucho Lourenço (Técnica Superior do Serviço de Habitação)
- Rita Alexandra Coelho da Encarnação (Diretora do Departamento Ambiente, Estratégia, Inovação e Urbanismo)

Vogais suplentes:

- Constantino Armando Serra Canhão (Coordenador Técnico)
 - Rita Susana da Silva Guimarães Neves e Sá (Chefe de Divisão da Divisão de Gestão Territorial e Ambiente)
5. Delegar na Comissão da hasta pública, poderes para promover todos os atos previstos no Programa do Procedimento, incluindo a retificação de eventuais erros e omissões, prestação de esclarecimentos, por iniciativa própria ou a pedido dos interessados, prorrogação dos prazos de entrega de candidaturas, sempre que tal seja devido, adequação das regras e procedimentos de licitação em função das necessidades e da salvaguarda do interesse público, promoção da adjudicação provisória e proposta de adjudicação definitiva à entidade competente, e ainda verificação da conformidade do texto do contrato ao estabelecido nas peças do procedimento e nas Deliberações dos órgãos municipais competentes.
 6. Promover as publicações do programa de hasta pública;
 7. Delegar no Senhor Presidente da Câmara Municipal a adjudicação e a aprovação da minuta do contrato de constituição do direito de superfície a celebrar entre o Município e o superficiário definitivo reproduza integralmente os termos e condições estabelecidos nas peças do procedimento, designadamente, todos os elementos essenciais do negócio jurídico, sem necessidade de ser tomada deliberação autónoma para o efeito, bem como todos os atos subsequentes à adjudicação da hasta pública.
 8. Autorizar que a parte da ata respeitante a esta deliberação seja aprovada em minuta, para efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do artigo 57.º, do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atualizada.

Anexos:

Anexo I- Programa de procedimento e anexo

Anexo II - Planta síntese

Anexo III - Descrição dos lotes”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pediu à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Começar por falar que esta proposta foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara e, como é lógico, cumprindo aquela que é a separação de poderes, há coisas que são da responsabilidade do executivo, como aprovar estas propostas que depois tem que ser trazidas à Assembleia Municipal, da mesma forma que, porque existe separação de poderes, a Câmara Municipal não autoriza nem

desautoriza manifestações, cumprindo a legalidade, elas assim serão feitas. No estrito cumprimento da legislação em vigor, não é preciso haver pedidos seja de quem for.

Dito isto, e continuando na análise da proposta, que é, por direito, remetida após aprovação em reunião de Câmara à Assembleia Municipal, e trata-se somente de retomar uma coisa que existiu há muito tempo em Portugal, para promover o acesso à habitação, que era a existência de cooperativas, do cooperativismo de habitação, e através do cooperativismo de habitação muitas pessoas que, de outra forma, teriam dificuldade em aceder à habitação própria, ou até mesmo a habitação, para poderem morar com as suas famílias, terem aqui neste recurso, nestas cooperativas, a forma de ter aquele que é um direito inscrito, e bem, na Constituição.

A Câmara Municipal é possuidora de inúmeros terrenos, e achou por bem, o que irá em breve, lançar ela própria a construção de 44 fogos de habitação, espalhados um pouco por todo o concelho, para um conjunto alargado de pessoas, no âmbito do cumprimento da Estratégia Local de Habitação e no âmbito do 1º Direito, neste caso, em particular. Deixar em aberto que este será o primeiro de muitos, têm conversado também com o IHRU, e o IHRU, se bem entendeu, e se, entretanto, a estratégia do IHRU não mudar com a mudança de governo, e se mantiverem aquelas que são as linhas orientadoras que o IHRU tem, a perspetiva era criar uma espécie de banco de terrenos, para depois criar e dar acesso a algumas cooperativas que se pudessem candidatar, mas isso numa fase avançada no processo.

A Câmara Municipal considerou, na perspetiva do executivo, e bem, e por unanimidade, que não podem estar à espera de terceiros e de boas vontades, e se tem a possibilidade de tomar a iniciativa nas suas mãos, decidiu lançar, o quanto antes, um concurso para a cedência de um conjunto de lotes de terreno para que as cooperativas possam concorrer, e a que sair vencedora deste concurso possa construir, o mais rapidamente possível, habitações.

Este documento vem associado a uma informação proposta que diz, na prática, o que é que se pretende, e o que se pretende é que a cooperativa que venha a ganhar construa, o mais rapidamente possível, habitações e que as coloque a preços não especulativos no mercado, que é uma condicionante da proposta, e é esse o espírito que norteia o cooperativismo, e as cooperativas de habitação, serem casas a valores mais acessíveis para a população. É isso que querem e que aqui apresentam, e ficam ao dispor para alguma questão que considerem necessária ou pertinente.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção, submeteu a proposta a votação.

Submetida a **proposta** a votação, foi a mesma **aprovada** por **unanimidade** com trinta votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Declaração de Voto do Deputado Municipal Independente Bruno Mendes

“O direito à habitação está consagrado no artigo 65º da Constituição da República Portuguesa, estando incumbido ao Estado programar e executar políticas que garantam, a todas e a todos, o acesso a uma habitação digna.

No entanto, e apesar de vários compromissos assumidos por diversos governos, continuamos a ter condições de habitação indignas, que atingem sobretudo as famílias mais vulneráveis, pessoas em situação de sem abrigo, sendo o parque habitacional público, manifestamente, insuficiente para estas e outras necessidades assinaladas.

O aumento do turismo, a gentrificação, os baixos salários praticados em Portugal, a especulação imobiliária e, mais recentemente, o aumento da Euribor, tem contribuído para uma escalada dos preços dos imóveis, tornando a habitação inacessível para muitas pessoas, salientando a insuficiente resposta dada aos jovens, esperando que esta medida que hoje votamos, que julgo ser unânime, seja alargada também a estes jovens, que tanta dificuldade têm quando decidem sair de casa das suas famílias para

adquirir casa e constituir família, dificuldade esta que se poderá, inclusive, refletir, posteriormente, na taxa de natalidade.

As medidas que hoje votamos nesta Assembleia Municipal são positivas, mas manifestamente insuficientes, tendo em conta que Portugal tem um parque habitacional público que corresponde apenas a 2%, quando noutros países assistimos a uma percentagem bem maior, como, por exemplo, na Dinamarca, onde verificamos uma percentagem de 20%, no Reino Unido 18%, França 17% e Irlanda com 9%. Estes valores são uma clara evidência das sucessivas más decisões dos governos em Portugal, para os quais assegurar o direito à habitação não tem sido uma prioridade.

Torna-se claro que é urgente o aumento da percentagem de investimento em habitação pública, aproximando Portugal dos seus congéneres europeus, sendo para isso importante criar medidas de incentivo, também aos investidores, para esta construção, sendo que esta construção deverá ser, não só para aqueles que mais dela necessitam, como também para a classe média, pois, com o aumento do custo da habitação, a partir de 2015, verificou-se também que os salários médios se mantiveram quase inalterados, aumentando assim a dificuldade de muitas famílias em manter a sua habitação, sendo estes dados corroborados por um estudo efetuado pela Fundação Calouste Gulbenkian, que denota um aumento de 19,4%, em 2011, para 42,2%, em 2017, dos casos de privação de condições de habitação para esta classe média.

Declaração de Voto do Grupo Municipal da CDU proferida pelo Deputado

“A CDU votou a favor desta proposta, dado que, no enquadramento legal atualmente existente, consideramos que esta vai no sentido correto.

No entanto, esta proposta é mais uma demonstração da incapacidade de execução deste executivo PS, sempre apoiado por um vereador independente, vindo do Chega.

Mais de dois anos após a aprovação da Estratégia Local de Habitação esta é a primeira proposta que este executivo apresenta para dar resposta aos problemas aí identificados, e é uma proposta que não compromete a câmara com a sua execução: o município cede o terreno e outros que construam. Se não construírem, este executivo lava daí as suas mãos, como Pôncio Pilatos.

Mas, este é o executivo que, em final de 2021, anunciou 15 milhões de euros para a habitação. Em março de 2024, mais de dois anos depois, a sua execução é praticamente nula.

No contexto de especulação desenfreada que eleva o custo da habitação, cabe ao Estado, e em particular, aos municípios, contrariar o mercado e proteger a sua população.

O programa 1º Direito, apesar dos objetivos meritórios a que se propõe, não foge totalmente a esta lógica especulativa, como está, e bem, descrito nesta proposta. E é a própria Estratégia Local de Habitação que aponta para um aumento do preço do arrendamento no concelho da Moita de 35,7%, entre 2017 e 2020. Hoje, estes valores são mais altos, e são muito mais as famílias em situação de carência.

E, este executivo, com a sua incapacidade em executar, está a contribuir para agravar o problema da habitação no concelho da Moita.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Em seguida deu indicação à 2ª Secretária para iniciar a leitura da ata em minuta.

Após a leitura perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a ata em minuta a votação.

A ata em minuta da presente reunião foi aprovada por unanimidade, para produção imediata de efeitos, com trinta votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião, eram vinte e duas horas e cinquenta e sete minutos do dia doze de março de dois mil e vinte e quatro.

O Presidente

O 1º Secretário

A 2ª Secretária

António Duro

António Chora

Cláudia Fera

As intervenções constantes nesta ata encontram-se devidamente gravadas, em ficheiro mp3, que faz parte integrante da mesma.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MOITA
XIII MANDATO 2021 - 2025
LISTA DE CORRESPONDÊNCIA ENTRADA DE 24.02.2024 A 12.03.2024
EM CONFORMIDADE COM O Nº5 DO ARTIGO 42º DO REGIMENTO

Nº	DATA	REMETENTE	ASSUNTO
019	05-03-2024	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete, para apreciação e aprovação na próxima sessão da Assembleia Municipal: Hasta pública para Cedência dos Lotes de Terreno nº 45, 46, 47, 48, 49, 50 e 51 sítios na Vila Verde, na freguesia de Alhos Vedros em direito de superfície para construção de habitações para arrendamento no âmbito do 1.º Direito
020	05-03-2024	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião ordinária realizada no dia 29.02.2024
021	07-03-2024	Elvis João Duarte de Freitas	Solicita a sua substituição, bem como a do elemento seguinte na lista do PSD, Raquel Capucho, na sessão extraordinária de 12 de março
022	07-03-2024	Eduardo Jorge Meruje Teixeira	Solicita a sua substituição na sessão extraordinária de 12 de março